

Papa Francisco e a COP 30

 jornal.usp.br/artigos/papa-francisco-e-a-cop30/

4 de junho de 2025



Silmara Veiga de Souza Calestini Montemor – Foto: Arquivo
pessoal



Maria da Penha Vasconcellos – Foto: IEA-USP



A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em 2025 em Belém do Pará, representa um marco histórico: pela primeira vez, a floresta amazônica será o cenário de um dos principais fóruns de negociação climática do mundo. Mais do que um gesto simbólico, a escolha de Belém reforça a urgência de um compromisso global com a preservação dos ecossistemas e a proteção dos povos tradicionais.

Neste contexto, o papa Francisco oferece uma contribuição valiosa para a reflexão socioambiental contemporânea. Seu exemplo pessoal, sua obra filosófica e seu legado espiritual traçam um caminho para uma visão mais humana e ecológica, como a encíclica *Laudato Si'* (2015), que diferencia o que é passageiro daquilo que realmente importa, propondo uma forma de habitar o mundo: reconhecendo a Terra como nossa Casa Comum e a biodiversidade como parte de uma grande família universal.

Este artigo propõe uma reflexão sobre como os ensinamentos da *Laudato Si'* podem iluminar os desafios e as possibilidades da COP 30, articulando espiritualidade e ética ambiental, responsabilidade climática e da biodiversidade global, justiça social e ecológica, e a valorização dos povos da floresta.

A *Laudato Si'* e a noção de ecologia integral

Em sua encíclica, o papa Francisco apresentou o conceito de “ecologia integral”, rompendo com abordagens fragmentadas da crise ambiental e ressaltando a interdependência entre fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais. Segundo Francisco, “não existem duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental”. Dessa perspectiva, proteger o meio ambiente significa, igualmente, proteger a dignidade humana e as condições de vida dos mais vulneráveis.

A COP 30, ao reunir lideranças globais no coração da Amazônia, terá a oportunidade de adotar essa visão integrada, reconhecendo que o enfrentamento das mudanças climáticas demanda não apenas ações técnicas, mas uma profunda transformação cultural e ética.

Espiritualidade e ética ambiental

A espiritualidade proposta pela *Laudato Si'* transcende confissões religiosas específicas e convida todos a uma relação de respeito e gratidão pela criação. Francisco nos lembra que “o mundo é mais do que um problema a ser resolvido; é um mistério alegre que contemplamos com jubilosa gratidão”. Essa ética do cuidado inspira uma nova atitude diante da Terra, que deixa de ser vista como objeto de exploração para ser reconhecida como “Casa Comum”.

Incorporar uma ética ambiental fundada no respeito à sacralidade da vida pode fortalecer, na COP 30, compromissos globais mais sólidos e sustentáveis, orientando políticas públicas ancoradas na prudência, na solidariedade e na justiça intergeracional.

Responsabilidade climática e da biodiversidade global

Outro eixo fundamental da *Laudato Si'* é a crítica à “globalização da indiferença”, que naturaliza desigualdades e torna invisíveis os impactos da crise ambiental sobre os mais pobres. Para Francisco, “os seres humanos não são meros receptores passivos das decisões econômicas e políticas, mas participantes ativos na construção de seu futuro”.

A responsabilidade climática, portanto, deve ser partilhada, mas também diferenciada, reconhecendo a dívida ecológica histórica dos países industrializados. Já na Conferência de Estocolmo, em 1972, a tensão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento evidenciava essa realidade: enquanto as nações industrializadas alcançaram altos níveis de progresso econômico à custa da intensa exploração de seus recursos naturais — como o carvão, por exemplo —, os países em desenvolvimento, embora preservassem vastas áreas de biodiversidade, enfrentaram sérias dificuldades socioeconômicas. Não seria, portanto, justo impor uma divisão igualitária de responsabilidades climáticas.

Essa desigualdade histórica se reflete até hoje, visível, por exemplo, na elevada pegada de carbono e no volume desproporcional de emissões de gases de efeito estufa por parte dos países desenvolvidos. Diante desse cenário, a COP 30 deverá reafirmar o

princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, impulsionando maior ambição nas metas climáticas e fortalecendo os mecanismos de financiamento para adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento.

Justiça social e ecológica

Na *Laudato Si'*, Francisco denuncia a injustiça estrutural que faz com que “os mais pobres são aqueles que mais sofrem com as consequências das agressões ambientais”. Essa reflexão ecoa diretamente na realidade dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Na tese Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – aspectos sob o Direito Ambiental Internacional, fica demonstrado que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades extrativistas mantêm uma relação de profunda simbiose com a natureza e, por essa razão, são duplamente vulneráveis: à violência fundiária e à degradação ambiental. Reconhecer seus direitos territoriais não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma estratégia eficaz de conservação ambiental.

A COP 30 deve ser um espaço de afirmação da justiça climática, garantindo voz ativa e protagonismo às comunidades tradicionais na definição das soluções globais.

Valorização dos povos da floresta e culturas tradicionais

O papa Francisco, especialmente na exortação apostólica Querida Amazônia (2020), exalta a sabedoria ancestral dos povos da floresta e seu papel essencial na proteção dos biomas. Ele alerta para o risco da cultura dominante sufocar modos de vida que oferecem alternativas sustentáveis e harmoniosas de coexistência com a natureza.

Assim, a COP 30 tem a oportunidade histórica de reconhecer oficialmente os povos tradicionais como agentes centrais na construção de soluções climáticas. É preciso ir além da retórica: valorizá-los como sujeitos de direitos e protagonistas da conservação.

Portanto, a realização da COP 30 em Belém será mais do que uma conferência: será um chamado ético e espiritual à responsabilidade global. A crise ecológica é, em essência, uma crise moral. Superá-la exigirá não apenas inovação tecnológica, mas também uma conversão do olhar, uma transformação das prioridades econômicas e um profundo respeito pela dignidade da Terra e de seus povos.

A *Laudato Si'* destaca que “tudo está interligado”. Cada escolha feita — por indivíduos, empresas ou Estados — contribuirá para a construção de um futuro sustentável ou para o agravamento da crise climática.

Pensar pelos princípios da ecologia integral, a COP 30 pode se tornar o marco de uma nova aliança entre humanidade e natureza. Para tanto, serão necessários coragem, compromisso e, sobretudo, esperança ativa.

(As opiniões expressas nos artigos publicados no Jornal da USP são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem opiniões do veículo nem posições institucionais da Universidade de São Paulo. Acesse aqui nossos [parâmetros editoriais para artigos de opinião](#).)